

Língua e construção da identidade nacional em histórias de Boaventura Cardoso e de Mia Couto

(Language and construction of the national identity in the stories of Boaventura Cardoso and Mia Couto)

Everton Fernando Micheletti¹

¹Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo (USP)

efmicheletti@gmail.com

Abstract: This article aims to analyze language as a formative element of national identity, considering its problematization in the context of former colonial countries – in the case of Angola and Mozambique, by reading the stories of writers Boaventura Cardoso and Mia Couto. The analysis is based on the authors who have devoted themselves to the matters of the “nation”, such as Anderson and Hobsbawm, researchers of Portuguese language in Africa, as well as Perpétua Gonçalves, and critics of “post-colonial” African literature. The discussion focuses on the use of the Portuguese language, the colonizer’s language, in literature, and on whether it is possible to consider it as part of the national identity along with the original African languages.

Keywords: Portuguese language; national identity; Angolan literature; Mozambican literature.

Resumo: Este artigo visa a uma análise da língua como elemento formador da identidade nacional com sua problematização no contexto de países ex-coloniais, no caso de Angola e Moçambique, a partir da leitura de histórias dos escritores Boaventura Cardoso e Mia Couto. Tomam-se por base autores que se dedicaram às questões da “nação”, como Anderson e Hobsbawm, pesquisadores da língua portuguesa na África, como Perpétua Gonçalves, além de críticos da literatura africana “pós-colonial”. As discussões incidem no uso da língua portuguesa, língua do colonizador, na literatura e se é possível considerá-la como parte da identidade nacional juntamente com as línguas originais africanas.

Palavras-chave: Língua portuguesa; identidade nacional; literatura angolana; literatura moçambicana.

Introdução

A língua sempre foi considerada um dos componentes fundamentais da identidade nacional. O processo de formação e consolidação das nações na Europa, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, passou pela definição de uma língua nacional. Por isso, a denominação da língua, em sua maioria, advém do nome do país: francês, inglês, português, entre outras; mas não se trata de algo simples ou que tenha ocorrido de modo pacífico. Muitas línguas tornaram-se oficiais e ganharam espaço com a supressão de outras, “o inglês expulsou o gaélico da maior parte da Irlanda, o francês empurrou o bretão contra a parede, o castelhano reduziu o catalão à marginalidade” (ANDERSON, 2008, p. 120-121). O estabelecimento da língua nacional, ou oficial, portanto, decorre muitas vezes de disputas, de conflitos, pois as línguas são “práticas simbólicas” em que “relações de poder regem seu funcionamento e é impossível pensá-las fora dessas condições [...] político-históricas” (ORLANDI, 2009, p. 211).

O processo que define a língua nacional, conforme essas condições, variou de uma nação à outra. Em algumas, houve a imposição de uma língua “padrão” diferente do uso popular, tornando-se a língua da administração, do governo, a que deveria ser ensina-

da nas escolas; em outras não havia diferenças significativas entre o uso oficial e o popular. Em muitos casos, por haver mais de uma língua no território, uma é escolhida como oficial e depois adquire o estatuto de língua nacional, mas as razões e as consequências dessa escolha não são as mesmas em todos os lugares. Hobsbawm cita vários exemplos, como o da pequena burguesia emergente que apelava para o uso da língua popular como a língua da nação, ou quando os intelectuais buscavam as “raízes” do povo. Em outros casos, ao contrário, as classes dominantes resistiam em assumir uma língua popular, muitas vezes utilizando uma língua estrangeira se fosse a de prestígio ou de garantia de negócios (HOBSBAWM, 2011, p. 127-140).

A preocupação com o estabelecimento da língua nacional foi tardia em outros lugares, adentrando o século XX, e ainda hoje há casos não concluídos, há países com mais de uma língua oficial ou nacional, havendo menor ou maior tensão entre uma que predomine e as demais, além daquelas que correm o risco de desaparecer. Diferentemente de boa parte das nações europeias que buscavam no passado as tradições e os mitos vinculados à língua, em alguns países ex-coloniais houve a apropriação da língua do colonizador, como no Brasil, em que a língua portuguesa tornou-se a língua nacional em detrimento de outras, sobretudo das populações indígenas, resultado das relações de poder. Com algumas diferenças em relação à língua em Portugal, já se utiliza atualmente a terminologia “português brasileiro” sem maiores questionamentos, enquanto em outros países ex-coloniais, como Angola e Moçambique, recém-independentes, a questão da língua não está resolvida e gera ainda muitas discussões.

Assim, levando em consideração esse processo amplo e variado de definição da língua nacional, também conflituoso pelas relações de poder e conforme as condições político-históricas, serão analisadas e discutidas as questões sobre a língua em Angola e Moçambique no âmbito de sua relação com a literatura e a construção da identidade nacional. Primeiramente, apresentamos e analisamos a situação linguística nos dois países, em que se tem a língua portuguesa como oficial e, ao mesmo tempo, as línguas originais africanas faladas por um grande número de pessoas. Em seguida, são analisados alguns trechos das histórias de Cardoso e Couto, com ênfase no uso que fazem da língua portuguesa. Por fim, apontamos algumas possíveis respostas às questões levantadas.

Língua e identidade nacional em Angola e Moçambique

A definição da língua portuguesa como oficial em Angola e Moçambique ainda gera questionamentos. Alguns estudiosos não afirmam, com certeza, se há um “português angolano” ou um “português moçambicano”. Nesses países, a penetração da língua portuguesa, sobretudo pelo interior, não foi tão grande a ponto de substituir as línguas originais africanas, pertencentes ao grupo bantu, que permaneceram sendo faladas por grandes populações até a altura da independência. Nas cidades é que, com a formação das elites entre meados do século XIX e início do século XX, a língua portuguesa passou a ser mais utilizada. Mesmo assim, era um grupo minoritário que a falava ou que sabia ler, pois não houve “em Moçambique [...] uma efetiva e ampla política educativa que pudesse incluir no universo da lusofonia a imensa maioria da população” (ZAMPARONI, 2009, p. 27), o que ocorreu de modo semelhante em Angola. Mesmo no caso da política colonial da assimilação, em que “indígenas” poderiam se tornar “civilizados” e, assim, trabalhar em alguns cargos administrativos, sendo um dos requisitos ter bom domínio do idio-

ma português, poucos conseguiam adquirir o *status* de “assimilado”, porque havia “uma distância entre os discursos da assimilação e sua aplicação prática no terreno colonial” (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

Nas primeiras décadas do século XX, a política colonial seguiu impondo a língua portuguesa. Foram criadas algumas escolas, porém a diferença social se mantinha e grande parte da população não tinha acesso ao ensino, ou pelo menos não como tinha a elite. A imprensa e a literatura seguiram se desenvolvendo predominantemente em língua portuguesa, mas a circulação ocorria entre os letrados urbanos, enquanto a maior parte das populações, geralmente não alfabetizadas, no interior ou nas periferias das cidades, permanecia utilizando as línguas originais africanas. Nessas populações, havia quem entendesse ou falasse a língua portuguesa, às vezes sem dominar todas as regras, mas como uma segunda língua, até mesmo incorporando termos do português às línguas bantu. Do mesmo modo, ocorria o processo de transferência à língua portuguesa, à qual eram incorporadas algumas palavras e expressões das línguas africanas.

Com a luta de libertação, a partir dos anos 1960, em face da diversidade de povos do território com suas diferentes línguas africanas, pelos líderes que eram, em sua maioria, intelectuais e que utilizavam a língua portuguesa, esta se tornou a língua da luta anticolonial, sobretudo no caso do MPLA (Angola) e da FRELIMO (Moçambique). Entre as muitas razões do uso do idioma português, até certo ponto contraditório por ser uma luta contra o colonialismo, havia a ideia de que era legítimo apropriar-se da língua que havia sido imposta por tanto tempo, além do caráter nacionalista que a luta adquiriu e a língua portuguesa era vista como facilitadora de uma unidade nacional. Como afirma Chaves sobre Angola, mas que podemos estender ao caso de Moçambique:

[...] tratava-se (trata-se) de fazer uma nação onde existia um punhado de povos, enredados no jogo das diferenças de suas tradições culturais. O desafio se montava: era preciso fazer Angola, o que significava (significa) investir também na construção de um discurso autônomo, capaz de unificar as vozes dispersas pelos quatro cantos do território e calar a voz uniforme do colonialismo. Ao fim e ao cabo, o jogo era um só: bloquear o ato colonial para construir a nação. Noutras palavras, tratava-se de vencer o colonizador para, afinal, legitimar o que era uma invenção sua: *Angola*. (CHAVES, 1999, p. 31-32, grifo da autora)

Esse foi o caminho após a conquista da independência, buscar a unidade optando pela língua portuguesa como oficial, mantendo-a assim na administração, na imprensa, na literatura, mas não a denominando como “nacional”, apenas as línguas originais africanas é que passaram a ser consideradas “nacionais”. Na Constituição de Moçambique, em seu Artigo 9º, intitulado “Línguas nacionais”, consta: “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”, e no Artigo 10º, intitulado “Língua oficial”, temos: “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial” (MOÇAMBIQUE, 2004, p. 3). Na Constituição de Angola, em seu Artigo 19º, intitulado “Línguas”, consta: “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”, já no Artigo 21º, intitulado “Tarefas fundamentais do Estado”, temos: “n) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu

desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (ANGOLA, 2010, p. 9).

Na Constituição de Angola, o português é mencionado primeiro, as africanas aparecem como as “demais línguas”, já vindo em seguida o caso do ensino de línguas estrangeiras. Isso talvez decorra de mudanças fundamentais no projeto da nação, que vem se inserindo no contexto mundial, globalizado, sendo que o incentivo ao ensino e uso da língua oficial tem aumentado o número de falantes de português. Em outra parte do texto, afirma-se como tarefa do Estado a proteção e valorização das línguas africanas, consideradas línguas da identidade nacional. No caso de Moçambique, não há menção às línguas estrangeiras, as línguas africanas “nacionais” aparecem primeiramente, em seguida afirma-se o português como língua oficial. Mas a questão linguística e identitária já está aí resolvida, em um texto constitucional escrito inteiramente em português? A identidade nacional está mesmo restrita às línguas originais africanas? Em Angola, segundo Nzau, o português está se expandindo consideravelmente, ultrapassando os limites das cidades, num processo que poderá culminar em sua nacionalização:

[...] a língua portuguesa [...] tem vindo a conhecer um processo de expansão territorial, com dinâmicas de contornos algo irreversíveis [...] observa-se a acentuação do contacto da mesma língua com indivíduos residentes em zonas outrora de “exclusividade” das denominadas línguas nacionais de origem africana, tendo como efeito galopante do número de falantes maternos e não maternos. [...] Constatamos, ainda que os resultados suscitem prudência [...] a existência de um processo em curso, que pode emergir na nacionalização da língua portuguesa a curto, médio ou longo prazo. (NZAU, 2011, p. iv)

A língua portuguesa em Angola passou da terceira posição como língua materna em número de falantes em 1992, com 11,8% da população, para a segunda posição em 1996, com 26% (VENÂNCIO¹ apud NZAU, 2011, p. 90), e em 2012, ocupa a primeira posição como língua materna de 39% da população (ANGOLA, 2012, p. 26). As línguas originais africanas, separadas, ocupam as demais posições, reunidas elas detêm 61% dos falantes maternos, mas a maioria deles entende ou fala português também. Em Moçambique, 25% da população falava português em 1980, sendo língua materna de 1% (GONÇALVES, 2000a, p. 1). Em 2007, os falantes passaram a 38%, mas era língua materna de 8%, vale ressaltar a grande diferença na comparação do país com a cidade de Maputo, nesta é língua materna de 37%, com cerca de 82% de falantes (MOÇAMBIQUE, 2007, s./p.). Há a expansão do português nos dois países, com uma abrangência maior em Angola e nas áreas urbanas, principalmente nas capitais. Antes de prosseguir com o português em sua possibilidade de se tornar uma língua nacional, de ser também uma língua das identidades angolana e moçambicana, ressaltamos que deve haver uma política de manutenção e valorização das línguas originais africanas, como defende Agualusa:

Acredito [...] que a luta pela afirmação da língua portuguesa em África, e em particular em Angola, está ligada a este outro combate, mais urgente, pela preservação dos idiomas africanos originais. [...] Nos próximos tempos os angolanos terão de conseguir iniciar um diálogo honesto entre todas as nações, e visões, do território nacional. Devolver a dignidade às línguas nacionais de origem africana é também uma forma, a meu ver, de consolidar a paz. (2004-2005, p. 28-29)

¹ VENÂNCIO, José Carlos. História, Sociedade e Conflito: Estatuto e função social da língua portuguesa em Angola. *Revista da Lusofonia*, n. 29-34, p. 191-196, 1992/93.

Nesse sentido, diversos especialistas concordam que é negativo impor o português nas escolas onde os alunos têm outra língua materna, defendendo que seria melhor um modelo de ensino bilíngue (NZAU, 2011, p. 118-122). Afirmam que os alunos devem se expressar em sua língua original africana e, a partir dela, aprender português, o que seria positivo com o uso de metodologias de ensino de segunda língua (GASPAR et al., 2012, p. 88). Para Nzau, a política linguística deve acompanhar a dinâmica social, passando pelo “reconhecimento da diversidade cultural e linguística de Angola; institucionalização do ensino bilíngue, apostando na investigação sobre as línguas angolanas (incluindo o português)” (NZAU, 2011, p. 121), o que se pode pensar no caso de Moçambique também. Quanto ao português, incluído pelo autor entre as “línguas angolanas”, vale lembrar que não houve, nos dois países, uma “crioulização” como em Cabo Verde. No entanto, há especialistas que, embora cautelosos em falar de um “português angolano” ou de um “português moçambicano”, já identificam processos de diferenciação que podem culminar nesses termos. A seguir, passamos ao caso da literatura, produzida predominantemente em português nos dois países, de modo a verificar se há esses processos e, assim, se a língua portuguesa na literatura contribui para a formação da identidade nacional.

A língua portuguesa nas estórias de Cardoso e de Couto

O angolano Boaventura Cardoso e o moçambicano Mia Couto são autores que, a exemplo de Guimarães Rosa e Luandino Vieira, apresentam a língua portuguesa com algumas modificações, tanto em palavras como em estruturas sintáticas, entre outros aspectos. Surgem, assim, as perguntas: essas alterações se baseiam na realidade do uso da língua portuguesa em Angola e em Moçambique, indicando uma diferenciação em relação ao português europeu, ou são apenas criações, invenções literárias? Eles já não estariam mesmo escrevendo em “português angolano” e em “português moçambicano”, contrariando os estudiosos que evitam esses termos? E o uso da língua nas obras desses autores, pode-se considerar que contribui para a construção da identidade nacional? Na busca por respostas a essas questões, são analisados, a seguir, trechos de algumas estórias dos dois escritores.

Cardoso, nascido em 1944, publicou três livros de contos e quatro romances. Chegou a escrever poesia no início da carreira, mas depois se dedicou apenas à prosa. Preocupado em trabalhar a linguagem, suas narrativas apresentam a língua portuguesa com uma série de transformações se compararmos com o português padrão europeu, como podemos notar na primeira estória, intitulada “A chuva”, de seu primeiro livro publicado, em 1977, *Dizanga dia Muenhu*:

Situadas no círculo do calor, as pessoas baloiçavam-se num frenesim doentio. Gente que desafiava o tempo limite, linguagem de cifrões, vontade endurecidas no aço, e o peso da vida musculando o corpo. O suor no rosto, um sorvete!, a camisa molhada, sai um fresco!, a mosca no prato, o nené chateado, xiça!!!

A areia quente do musseque parece uma boca que morde impiedosamente os pés, sem nada, das quitandeiras ehlalanza, minha senhora!

Nos maximbombos a rebentar, os homens ficavam contorcidos e as mulheres, ó senhor não mi perta assim, defendiam-se dos encostos.

Mano Zeca, corpulência de imbondeiro, bagageiro ali no Bungo, para as baronas eu sou funcionário, diambeiro nas horas esquivas, tem aquilo qui tosse, meu?, vencia rapidamente as barrocas do Miramar. (CARDOSO, 1982, p. 5)

Há, nesse trecho, expressões do uso oral da língua, que o autor apresenta por meio do discurso indireto livre, com alguns casos em que há desvios no uso padrão da língua: “eh lalanza [é laranja]”, “não mi perta [não me aperta]”. Outro aspecto é o uso de palavras de origem africana: “musseque [favela]”, “maximbombo [ônibus]”, “imbondeiro [baobá]”, “diambeiro [maconheiro]”, “quitandeira [vendedora]”, algumas hibridizadas com o português, como se nota pelo sufixo. Há, também, as gírias, como “aquilo qui tosse [diamba, maconha]”, “barona [moça]”, além da interjeição “xiça”. Características semelhantes são encontradas em outras estórias do livro, como em “Nga Fefa Kajinvunda”, traduzida em nota como “Dona Josefa, a Zaragateira”, em que se destacam os termos de origem nas línguas africanas, como “kuateno [agarra, pega]”, “Nga [senhora, dona]”, “kazucutice [confusão]”, além de “berrida”, advinda do português e quem tem a ideia de “corrida” (CARDOSO, 1982, p. 23).²

Quanto ao segundo livro de contos, publicado em 1980, *O fogo da fala*, o título já indica o interesse pela linguagem, assim como o subtítulo “Exercícios de estilo”. A primeira estória, “O canto da chuva”, porém, não apresenta muitas modificações; já na segunda estória, “Joãozinho Menino”, parece haver uma intensificação no modo como o autor procura representar o uso oral da língua:

Tinha pouca gente que reparava nele. Tó tá dizer meu ou o gajo me paga ou então lhe dou nas fuça não pode ser um tipo trabalha trabalha mais vai se ver no fim o pagamento é quê? Sentadinho no beco, ora brincando pulando, falando ora com as pessoas passando sem pressa. Ih! Mana não te conto! ontem é que foi no Maxinde farrámos varremos umas quando chego já em casa a velhota fitucou. Ih vá lá tu o meu gajo é que me lixa parece já sou mulher dele pintar os olhos nada farrar nada mini-saia então mais pior. Ai? quer dizer é teu homem? manda limbora mé. Lhe despacho mesmo, juro, não passo na porta da igreja. (CARDOSO, 1980, p. 31)

De forma a captar o ritmo do uso popular da língua, Cardoso deixa até mesmo de utilizar a pontuação em alguns momentos. Para tanto, colaboram também as interjeições que surgem ao longo do texto, além dos desvios em relação às regras, como a falta de concordância em “nas fuça”, “mais” no lugar de “mas”, e outras expressões decorrentes do uso coloquial, como “Tó tá dizer” e “manda limbora”, provavelmente modificações de “Tu estás a dizer” e “manda-lhe embora”. Há os termos de origem africana: “fitucou [zangou-se]” e “Maxinde”, nome de um bairro em Malange; e as gírias, como “varremos umas [bebemos uns copos]”. Esse uso da língua portuguesa, estilizado literariamente a partir da oralidade, aparece em outras estórias do mesmo livro.

O terceiro livro de Cardoso, *A Morte do Velho Kipacaça*, de 1987, contém apenas três estórias, sendo a terceira delas, a que dá título ao livro, a mais longa até então publicada pelo autor, dividida em quatro partes. O trabalho com a língua continua, a diferença em relação às obras anteriores é que o autor, em alguns trechos, vai além na estilização, explorando a sonoridade das palavras, trazendo à prosa características da poesia, como se pode perceber no trecho a seguir, da segunda estória, “A árvore que tinha batucada”:

² Os significados apresentados, em sua maioria, são dos glossários dos livros.

Durante o dia tinha então pássaros e passaritos e passarinhos que vinham ainda a brincar nos seus galhos. E vinha então o Bulikoko, gigante e pousava na copa da árvore e nidificava e começava então assim todo sorridente té... té... té... [...] O Mukuku-a-tumba, esse não vinha sempre. Mas e quando vinha avisava então assim du... du... du... eh! [...]. Bons pássaros e passaritos e passarinhos, amiguinhos de todas as horas. E tinha também uns pássaros que só vinham nas horas aziagas eh! kiiuik... kiiuik... kiiuik... era então o Yngo, de crista alta. [...] Quando vinha, o Kakoko se enfiava nos buracos da árvore e começava então a chorar, eh! (CARDOSO, 1987, p. 33)

Há um uso maior de repetições, de onomatopeias, as interjeições tornam-se mais abundantes, esse “eh!” aparece em quase todos os parágrafos das estórias, principalmente na terceira: “Eh! Motivo do encontro tem batucada muximante: quem faz a chuva não ter chuva? Seca no lugar da chuva? Eh! Eh! Eh! Cuidado zé!” (CARDOSO, 1987, p. 47), “zé”, nesse caso, é interjeição. Nota-se, também, a abundância de conjunções e advérbios, como “e” e “então”, o que é comum no uso oral da língua. São encontrados neologismos ao longo da narrativa, alguns retirados de uso corrente, outros criados pelo autor. Quanto aos desvios em relação às regras, aparecem com menos frequência, havendo, por sua vez, termos de origem africana, não apenas nos nomes dos pássaros, mas, por exemplo, em “muximante”, neologismo também encontrado na obra de Luandino, derivado do kimbundo “muxima [coração]”. Vale destacar que, na terceira estória, aparecem adivinhas (jinongonongo) e canções em kimbundo, há também uma canção em português.

Até o momento, podemos afirmar que, nas estórias de Cardoso, há tanto expressões próprias do uso do português em Angola, evidenciando o processo de diferenciação em relação ao português europeu, como neologismos criados pelo autor, sem uso corrente. Neste último caso, o escritor aproveita-se da flexibilidade da língua revelada pelo uso oral e cria termos. Quando passa a escrever romances, muitas dessas características de transformação da língua permanecem.

E no caso de Mia Couto, também conhecido por desenvolver um trabalho com a língua, operando certas modificações, o resultado é semelhante ao de Cardoso? Nascido em 1955, Couto também se dedicou à poesia, depois passando aos contos e romances, além de textos em jornais, crônicas, ensaios e obras infantis. Publica com bastante frequência, já possuindo dezenas de títulos. Para nossa proposta de leitura, optamos por algumas estórias de quatro livros, seguindo a ordem cronológica de publicação, para assim verificar se há mudanças no uso da língua, a exemplo do que observamos com Cardoso.

Em seu primeiro livro de contos, *Vozes anoitecidas*, publicado pela primeira vez em 1986, podem-se observar, entre as modificações no uso da língua portuguesa, alguns termos e expressões próprios de Moçambique, predominantemente na fala das personagens e em narrativas em 1ª pessoa. Vale destacar que, em algumas estórias, há poucas alterações, por exemplo, na primeira, “A fogueira”, o narrador utiliza o português padrão sem grandes diferenças em relação ao europeu, apenas em uma frase de uma personagem nota-se a diferenciação: “*Meu marido está diminuir*” (COUTO, 2013a, p. 21), em vez de “está a diminuir”, essa supressão do “a” tem sido considerada uma tendência no uso do português em Moçambique (GONÇALVES, 1997, p. 52-53). Outros casos, como o uso de “covar” em vez de “cavar”, fazem parte das criações do autor, embora possam ser inspirados nas potencialidades de transformação da língua pela oralidade. Se nessa estória e em outras, há poucas mudanças, passamos àquela que tem uma diferenciação maior, inti-

tulada “Afinal, Carlota Gentina não chegou de voar?”, destacando-se os trechos a seguir, da primeira parte da estória:

A minha mulher matei, dizem. Na vida real, matei uma que não existia. Era um pássaro. Soltei-lhe quando vi que ela não tinha voz, morria sem queixar. [...]
O senhor, doutor das leis, me pediu de escrever a minha história. Aos poucos, um pedaço cada dia. [...] Estou aqui a falar, isto-isto, mas já não quero nada... [...]
Explico: os moribundos tudo são permitidos. Ninguém goza-lhes. O respeito dos mortos eles antecipam, pré-falecidos. [...] Arranja lá uma maneira, senhor doutor. Desarasca lá uma maneira de eu ficar moribundo, submorto.
Afinal, estou aqui na prisão porque me destinei prisioneiro. [...] Entreguei-me eu mesmo. Devido, talvez, o cansaço tempo que não vinha. [...]
Deixo os pensamentos, vou direto na história. Começo no meu cunhado Bartolomeu. Aquela noite que ele me veio procurar, foi onde iniciaram desgraças. (COUTO, 2013a, p. 75-76)

Narrada em 1ª pessoa, surgem características que podem ser consideradas como parte do processo de diferenciação do português em Moçambique. Primeiramente, quanto à ordem e à concordância: “A minha mulher matei”, “os moribundos tudo são permitidos”, “Devido, talvez, o cansaço tempo que não vinha”, “O respeito dos mortos eles antecipam”, tem sido observado um deslocamento dos complementos para a posição de sujeito, reduzindo o uso da ordem direta. No padrão, seria: “Matei minha mulher”, “Tudo é permitido aos moribundos”, “eles antecipam o respeito dos mortos”; há, também, o não uso da preposição “a”: “aos moribundos”, “Devido ao cansaço”. Esses dois casos de mudanças são relatados por Gonçalves (1997, p. 52-53).

Sobre as preposições, ainda, vem ocorrendo a ampliação do uso de “em”: “vou direto na história”, em vez de “direto à”, “Começo no meu cunhado”, uso menos comum quando se trata de pessoa, e na frase “me pediu de escrever”, o “de” está no lugar de “para”, estudos apontam essas ocorrências como próprias das mudanças do português em Moçambique (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 7-8). Há os casos dos pronomes, como o maior uso de “lhe”, mesmo que o verbo seja transitivo direto: “Soltei-lhe”, ou com a supressão: “iniciaram” em vez de “iniciaram-se”, ou com desvios em relação às regras de colocação: “me pediu”, “Ninguém goza-lhes”, o que revela a grande instabilidade pela qual passa o uso dos pronomes no português de Moçambique (LINDEGAARD, 2014, s./p.; GONÇALVES, 1997, p. 53-54).

Entre essas tantas modificações, há ainda algumas palavras a analisar, como “Desarasca”, “pré-falecido” e “submorto”. Sobre a primeira, trata-se de um verbo usado em Moçambique, uma forma alterada de “desenrascar”, o próprio Couto explicou que não significa apenas “desembaraçar de obstáculos”, mas também, “arranjar algo que escasseia”, “despachar um documento preso nas burocracias”, “contornar a bicha [fila]”, “conseguir algo por meios pouco dizíveis” (COUTO³ apud CUESTA, 1994, p. 643). As outras duas são criações do autor, no caso com o uso de prefixos, os neologismos tornam-se uma das marcas do estilo de Couto, mostrando-se um “defensor tenaz do direito que tem o escritor a ‘brincar com as palavras, criando’, de *brinciar*” (CUESTA, 1994, p. 642).

³ COUTO, Mia. *Cronicando*. Maputo: Edições Notícias, 1988 (Coleção Tarimba, n. 1).

Ainda sobre seu primeiro livro, na estória “Patanhoca, o cobreiro apaixonado”, temos um narrador testemunha, talvez por isso haja alguns trechos que remetem ao uso moçambicano do português: “a razão que lhe fez matar [que o fez]”, “fui respondido [responderam-me]”, “*Não é só nome que fui dado* [que me foi dado]”, “Voltar na China [Voltar a/para]”. Há, também, termos de origem africana: “xicuambo [feitiço]”, “tchovar [empurrar]”, “mitombo [remédio]”, e a gíria “bazuca”, de origem no inglês “bazooça”, mas com significado de “garrafa de cerveja de tamanho grande” (COUTO, 2013a, p. 135-151).⁴

No segundo livro de contos, *Cada homem é uma raça*, publicado em 1990, temos a primeira estória, “A Rosa Caramela”, contada por um narrador testemunha, havendo algumas características do uso moçambicano do português. Destaca-se, de início, o uso dos pronomes, há a preferência em usar “lhe” quando se trata de pessoa, independente da transitividade do verbo: “Ninguém nunca lhe viu”, “Mesmo os olhos lhe eram escassos”, “Nós lhe víamos”, “lhe internaram”, “posso-lhe amar”, e assim, há várias outras frases. Quanto à colocação pronominal, nem sempre são seguidas as regras: “Se conhecia assim”, “Lhe chamávamos”, “Se consolava”, “*Mas matou-se mesmo?*”, “Me acendi”, “Me aproximei”, além do acréscimo de pronome onde não se costuma usar: “ele se morreu”. Em relação às preposições, há alguns casos: “Levaram-lhe no hospital [ao hospital]”, “*vi-mos por causa os sapatos* [por causa dos]”. Temos, ainda, mais alguns usos próprios da oralidade: “desarasca”, “*Eh pá*”, “Talvez vem [venha]”, “desconsegui”, “mamã”. Além desses casos, há as criações do autor: “petrimóveis”, “Rosa-matrimoniada”, “encostadiço”, “esroupada”, “predispronto”, entre outras. (COUTO, 2013b, p. 9-23).

Na estória seguinte, “O apocalipse privado do tio Geguê”, embora narrado em 1ª pessoa, as ocorrências em relação à estória anterior diminuem, mas há alguns casos: “lhe vi”, “Me segurou”, “Me ecoavam”, “Me conhece”, “Lhe apliquei”, “Pegou na bota [Pegou a]”, “*Vocês suspeitam quem* [de quem]”, além das palavras: “mafurreira [tipo de árvore]”, “matabichávamos [comíamos]”, “ndoé [espécie de peixe]”, “xipefo [lâmparina a petróleo]” (COUTO, 2013b, p. 25-46). As demais estórias seguem dessa forma, com maior ou menor número de ocorrências que remetem aos usos do português em Moçambique, além das invenções do autor. O glossário ao final do livro, que apresenta os significados de termos usados em Moçambique, tem 56 palavras, sendo o maior entre os livros de Couto aqui analisados.

Passando ao terceiro livro, *Estórias abensonhadas*, de 1994, podemos observar uma amenização dos usos moçambicanos. Há poucas mudanças ou desvios, predominando o caso dos pronomes: “nesses dias, me levava”, “e me puxava”, “lhe imitava”, “Primeiro, se zangava”, “levo-lhe lá”, “*Me entende?*”, “Me recordo”, “Lhe apelidaram”, “Se adivinhou” (COUTO, 2012, p. 9). Mesmo nas narrativas em 1ª pessoa, não há grandes modificações com base na oralidade, assim como os termos advindos das línguas de origem africana são poucos, o glossário possui apenas 12 palavras, destacando-se: “mpfuvo [hipopótamo]”, “tchovar [empurrar]”, “maka [conflito]”, “xipefo e petromax [lâmparinas a petróleo]”, “canganhiçar [enganar]”, “namwexto moha [um monstro, fantasma]” (COUTO, 2012, p. 155).

⁴ Esses e os demais significados, em sua maioria, são dos glossários ao final dos livros.

Seguindo aos demais livros, Couto lançou *Contos do nascer da Terra* (1997), *Na berma de nenhuma estrada* (1999) e *O fio das missangas* (2003).⁵ Para a sequência de nossa análise, optamos por este último, lançado no Brasil em 2009, para verificar se o uso da língua portuguesa se alterou em relação aos primeiros livros. Desse modo, semelhante às estórias “abensonhadas”, não há tantos casos de termos ou expressões próprias do uso moçambicano, predominando, quando há, o uso dos pronomes: “em volta, se depressavam”, “Me juntei”, “Me aproximava”, “lhe falarei”, “lhe deitei”, “Lhe minto”, “Me ajude”, “lhe estou agradecendo” (COUTO, 2009, p. 15), em que se nota como principal tendência de mudança a preferência pela próclise, embora a ênclise não seja totalmente descartada.

Em relação ao glossário, ao final da obra, possui apenas oito palavras, das quais destacamos: “canganha [cesto de palha]”, “mamba [espécie de cobra]”, “Siwale [compadre]”, “ximandjemandje [tipo de dança]”, e também duas palavras de origem da língua inglesa, “chuinga [pastilha elástica, *chewing gum*]” e “quissimusse [Natal, corruptela de *Christmas*]” (COUTO, 2009, p. 147). Vale destacar, nesse caso, que o inglês, além de sua influência global, é o idioma oficial dos países vizinhos a Moçambique, sendo que o principal centro urbano, Maputo, é próximo da divisa. Há, portanto, uma proximidade a se considerar e que pode gerar transferências de palavras e expressões, algumas adaptadas ao uso moçambicano.

E, por fim, mesmo nas narrativas em 1ª pessoa, há poucos desvios ou modificações, chamando atenção a estória intitulada “O mendigo Sexta-Feira jogando no Mundial”. O narrador é um mendigo que utiliza a língua portuguesa sem grandes problemas, sem grandes alterações, havendo apenas alguns usos diferenciais no caso dos pronomes: “Lhe concordo”, “lhe estou roubando”, “me apresento”, “me assalta” (COUTO, 2009, p. 81-84).

Língua e identidade nacional nas estórias

Nas estórias dos dois autores, como podemos observar, há termos e expressões próprios das transformações da língua portuguesa em Angola e Moçambique, de seu uso real, e ao mesmo tempo, há a estilização, a criação de outros termos e expressões. Não é possível afirmar que os autores apresentam um “português angolano” ou um “português moçambicano”, o que eles tornam visível é o processo que pode culminar nessas denominações, em que estão sendo criadas “novas normas, que não coincidirão com o português-padrão [europeu], angolanizando-se... moçambicanizando-se...” (CANIATO, 2002, p. 137). Como o uso do português vem se ampliando entre populações que, em sua maioria, têm outra língua materna, portanto sua utilização é como segunda língua, é necessário tempo para que certas modificações se consolidem. A situação é de “variedade em formação” que “tem como principal consequência uma instabilidade dos fenômenos que se observam no discurso produzido pelos falantes” (GONÇALVES, 1997, p. 49).

Diante desse contexto, Cardoso e Couto criam suas estórias preocupados, entre outros aspectos, com a língua, explorando essa instabilidade, mas não se prendem sim-

⁵ Publicado recentemente no Brasil (2014), os *Contos do nascer da Terra* seguem com características semelhantes ao que vem sendo observado, algumas estórias apresentam poucas alterações, outras têm um número maior de ocorrências, predominando o caso do uso dos pronomes, com a preferência pela próclise mesmo no início de frases e com a abundância no uso de “lhe”.

plesmente à representação do uso real. Se compararmos os dois autores, Cardoso mantém certa regularidade na utilização de termos e expressões correntes em Angola, enquanto Couto, do primeiro ao quarto livro analisado, vai amenizando as ocorrências que seriam próprias do uso moçambicano do português, embora não as elimine totalmente, como notamos no uso dos pronomes. Em várias de suas histórias, Cardoso parece mesmo se esforçar em representar a realidade linguística de Angola, das regiões entre Malange e Luanda, mas seus “exercícios de estilo” vão além e nos mostram, na prosa, a poeticidade que a língua em processo de transformação pode oferecer:

Cardoso assume, conscientemente, o exercício de sua escrita como uma forja sacralizada, por intermédio do qual analisa a história de seu país, ao mesmo tempo que trabalha o próprio estilo, buscando apreender, a par dos conflitos e paradoxos sociais vividos por Angola, os sentidos poéticos da língua e da existência. A produção literária do autor é, desse modo, assinalada por um experimentalismo de linguagem orientado na direção da recriação estética de traços advindos da oralidade que, transcrita ficcionalmente, dramatiza modos de dizer e de viver tipicamente angolanos. (SECCO, 2005, p. 107)

Não podemos afirmar que Cardoso escreve um “português angolano”, mas que ele mostra o processo de “angolanização”, marca angolanamente o texto, incluindo palavras e expressões de origem nas línguas africanas, “rasurando” a escrita ao incorporar termos próprios da oralidade, como as interjeições abundantes ao longo das narrativas. Sobre este último caso, o autor afirma que a linguagem coloquial em Angola “é intermeada por muitas interjeições, de forma bastante diferente dos europeus [...] Isso tem a ver com nossa maneira de estar, de contar histórias com gestos, com muitas interjeições” (CARDOSO, 2005, p. 29). Nota-se, portanto, a diferenciação em relação ao europeu, a caracterização do que seria propriamente angolano.

Desse modo, ao buscar os “sentidos poéticos da língua”, recriando “traços advindos da oralidade”, dramatizando “modos de dizer” angolanos, valorizando e reinventando as tradições orais africanas, das quitadeiras gritando “ehlalanza” aos sons dos pássaros com nomes africanos (Bulikoko, Mukuku-a-tumba, Yngo, Kakoko), Cardoso participa da construção da identidade nacional. Ele deixa claro, porém, que não se trata de algo simples: “podemos afirmar a angolanidade, mas essa afirmação não é pacífica, é uma situação de conflito permanente, com influências que vêm de todas as partes do mundo [...] mas isso acontece em todas as sociedades” (CARDOSO, 2005, p. 33).

Já no caso de Couto, há algumas diferenças. Em sua extensa produção literária, chamam a atenção, quanto ao aspecto linguístico, as criações, os neologismos, sem remeterem necessariamente a usos moçambicanos, a uma moçambicanidade. Nas histórias que analisamos, vale lembrar, foram se tornando mais sutis, do primeiro ao quarto livro, as modificações de léxico e sintaxe do português de Moçambique. Essa percepção de uma “amenização” também se deve à comparação com Cardoso que, como vimos, busca em seu projeto literário incorporar formas populares angolanas de uso da língua. Pensando no quarto livro que analisamos de Couto, com a diminuição das ocorrências do uso popular, mas que ainda assim apresenta algumas mudanças, como no caso dos pronomes e de alguns termos originários de línguas africanas, poderíamos afirmar que Couto, com a exceção de suas invenções, utiliza o padrão formal do português, às vezes sem grande diferenciação com as normas europeias, outras vezes deixa aparecer termos e sintaxeproprios de Moçambique.

Ao compará-lo com o escritor angolano Luandino Vieira, Gonçalves afirma que “ambos fazem parte do grupo de escritores que não adoptam integralmente a norma europeia no seu discurso literário”, porém na obra de Couto “são menos frequentes e diversificados os tipos de desvios” (GONÇALVES, 2000b, p. 216, 223). Segundo a autora, Luandino estaria mais afastado da norma europeia do que Couto; estendendo-se a Cardoso, este se assemelha a Luandino. Não se pode considerar, assim, que Couto escreva um “português moçambicano”; quando surgem mudanças, se não são invenções, apenas mostram que há um processo de diferenciação, uma vez que o português em Moçambique, como já afirmamos, está “em fase de variação, verificando-se que a maior parte dos seus falantes ora produzem estruturas convergentes com a norma europeia, ora usam estruturas divergentes” (GONÇALVES; CHIMBUTANE, 2004, p. 1).

Diante desse contexto, Couto contribui para a construção da identidade nacional através da língua quando utiliza termos e expressões próprias de Moçambique, como observamos em algumas estórias, mesmo que haja explicações e glossários. Em outros textos, porém, quase não há usos moçambicanos, não se notando diferenças em relação ao padrão europeu. O autor contribui também, com o processo identitário, ainda no âmbito da linguagem, ao buscar formas de narrar nas tradições orais africanas, transpondo-as ao uso na língua portuguesa, “como o recurso aos provérbios, a sentenças, a frases feitas e portadoras de significação didático-filosófica” (LEITE, 2012, p. 44), o que Cardoso também faz. Assim, a criação literária de Couto coincide com a criação do país, que ele compara com a infância:

Na minha infância acreditava ser gato. [...] Depois me inventei outros bichos. [...] Ser humano foi talvez o que nunca aspirei. Ao fim de muita insistência lá me resignei. Mas, ao menos fosse bombeiro. Cedo aprendemos o mundo como uma casa ameaçada de incêndio. [...] Mas estava escrito: eu havia de ser homem. Educaram-me. Isto é, fui aprendendo a ter medo de querer ser outra coisa. Encontrei refúgio nas pequenas estórias. Sonhar, sonhar-me... Através do sonho eu já havia viajado de identidade: já fora bicho, bombeiro, e até pessoa. Sem saber eu já estava escritor, portador assintomático dessa doença chamada poesia. Estava condenado a ter pátria nesse tempo inicial e iniciador. A infância não é, neste sentido, um tempo mas um acto de fé, uma devoção. O que tem a língua a ver com estas lembranças? Para manter residência na infância necessito de uma língua em estado de infância. Essa é a minha aposta quando escrevo. Tenho a meu favor o facto de Moçambique ser ele próprio um lugar em infância, uma nação em flagrante invenção de si e da sua língua de identidade. (COUTO, 2011, p. 184-185)

Nessa invenção do país, da identidade, a questão da língua ainda gera dúvidas e conflitos, havendo, segundo o autor, problemas na adesão moçambicana à lusofonia. Pois Moçambique, como ele afirma, é uma nação que se faz “de muitas nações”, em que o “português é uma língua de uma dessas nações”; no entanto, mesmo falado por um grupo minoritário predominantemente urbano, esse grupo “ocupa lugares-chave nos destinos políticos e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade” (COUTO, 2011, p. 176-177). O autor faz parte desse grupo que constrói a identidade moçambicana através da língua portuguesa, mas tendo as culturas de origem bantu como principal fonte para sua literatura, afirmando que um projeto de lusofonia que se queira desenvolver deve evitar o “apagamento” das culturas e línguas africanas.

Cardoso, do mesmo modo que outros intelectuais – já citamos Agualusa –, tem posição parecida: “A língua portuguesa é e continuará a ser a língua oficial... para além de

ser a língua materna de muitos angolanos. [...] Penso que as línguas nacionais... deveriam beneficiar-se de estatuto oficial, a par da língua portuguesa” (2005, p. 31). E assim, além do aspecto linguístico, Couto e Cardoso possibilitam pensar a identidade nacional através de motivos e temas, entre outros elementos de suas obras.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, J. E. A língua portuguesa em Angola – língua materna versus língua madrastra, uma proposta de paz. *Imaginário*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 27-33, 2004-2005.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGOLA. Instituto Nacional de Estatística. *Constituição da República*. 2010. Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- _____. *Angola em números – 2012*. Disponível em: <<http://www.info-angola.ao/attachments/article/4087/Angolaemnumeros2012.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.
- CANIATO, B. J. Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos. *Via Atlântica*, São Paulo n. 5, p. 132-138, out. 2002.
- CARDOSO, B. *O fogo da fala: (Exercícios de estilo)*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *Dizanga dia Muenhu*. São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *A Morte do Velho Kipacaça*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1987.
- _____. Entrevista. In: CHAVES, R. et al. (Org.). *Boaventura Cardoso: a escrita em processo*. São Paulo: Alameda/União dos Escritores Angolanos, 2005. p. 23-39. Entrevista concedida a Rita Chaves e Tania Macêdo.
- CHAVES, R. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: Via Atlântica/Universidade de São Paulo, 1999.
- COUTO, M. *O fio das missangas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Estórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Vozes anoitecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.
- _____. *Cada homem é uma raça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.
- _____. *Contos do nascer da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CUESTA, P. V. Observações sobre o português de Moçambique. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOXÍA ROMÁNICAS, 19., 1994, A Caruña. *Actas...* A Coruña: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1994. p. 631-647.
- GASPAR, L. et al. *A Língua Portuguesa e o seu Ensino em Angola*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2012.
- GONÇALVES, P. Metodologia de recolha de dados. In: STROUD, C.; GONÇALVES, P. (Org.). *Panorama do Português Oral de Maputo*. Objectivos e Métodos. Maputo: INDE, 1997. p. 47-74. v. 1.

_____. (Dados para a) história da língua portuguesa em Moçambique. Lisboa, PT: MNE, CVC- Instituto da Cooperação e da Língua, 2000a

Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

_____. Para uma aproximação Língua-Literatura em português de Angola e Moçambique. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 4, p. 212-223, out. 2000b.

GONÇALVES, P.; CHIMBUTANE, F. O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direccionais. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, São Paulo, v. 14, p. 1-29, 2004.

HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LEITE, A. M. *Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

LINDEGAARD, V. S. *Moçambicanismos: um glossário com algumas imagens*. Disponível em: <<http://mocambicanismos.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística. *Constituição da República*. 2004. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/constituicao.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. *Censo/2007*. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

NZAU, D. G. N. *A Língua Portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização*. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

ORLANDI, E. P. Processo de descolonização linguística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C. et al. (Org.). *África – Brasil: Caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 211-224.

SECCO, C. L. T. R. A alquimia do verbo e a reinvenção do sagrado. In: CHAVES, R. et al. (Org.). *Boaventura Cardoso: a escrita em processo*. São Paulo: Alameda/ União dos Escritores Angolanos, 2005. p. 107-126.

ZAMPARONI, V. D. Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: GALVES, C. et al. (Org.). *África – Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 27-56.